

## A repartição regional do produto Um indicador da transformação regional

**José Santandré**

Quando se fala em desenvolvimento, e de modo especial em desenvolvimento regional, observa-se, por vezes, a tendência para abordar o tema a partir da discussão dos fins últimos (ou das etapas intermédias) que uma política de desenvolvimento deve cumprir. Essa não é, contudo, a abordagem que neste texto será feita.

Nestas breves páginas será apresentado um curto esboço de análise comparativa da regionalização do Produto Interno Bruto em 1970 e em 1977, como forma de chamada de atenção para um facto que, por tão evidente, passa por vezes despercebido: a realidade regional não é estática, e move-se sobre um contínuo processo de transformação. Pensar em políticas de desenvolvimento regional é pensar em actuar sobre um fluxo de constante transformação e não sobre uma realidade mais ou menos cristalizada, com todas as consequências que esta distinção acarreta - este o primeiro ponto que se pretende vincar.

No Quadro 1, apresentado no fim do texto, é possível observar a repartição regional do Produto em 1970 e 1977, e apreciar a evolução havida. Antes, porém, deve esclarecer-se que a consideração das sete regiões aí apresentadas pretende apenas conseguir agregados regionais que incorporem zonas tanto quanto possível homogéneas e que simultaneamente facilitem a constatação de evoluções regionais bem demarcadas; não pretende ser, e obviamente não é, uma proposta de regionalização. As sete regiões consideradas foram, assim:

Norte Litoral - distritos de V. Castelo, Braga, Porto e Aveiro.

Centro Litoral - distritos de Coimbra e Leiria.

Lisboa - distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.

Norte Interior - distritos de Bragança e V. Real.

Centro Interior - distritos de C. Branco, Guarda e Viseu.

Alentejo - distritos de Beja, Évora e Portalegre.

Algarve - distrito de Faro.

A consideração destas regiões permite ainda evidenciar algo que, talvez por também tão evidente, é frequentemente esquecido: o Continente, como unidade homogénea, pura e simplesmente não existe; Portugal é uma soma de realidades físicas, sociais e económicas diferenciadas, que como tal tem de ser encarado na elaboração de qualquer política económica ...

Se é certo que se pode afirmar que, no período de oito anos considerado, o peso da «grande região litoral» do País na formação do Produto não cessou de aumentar, não é menos certo que diversas evoluções se podem observar no interior dessa «região» - essencialmente uma transferência de peso de Lisboa para o Norte e Centro Litorais, com especial relevo para o Norte Litoral. Essa transferência foi mais acentuada (atente-se no Quadro 2) no que diz respeito ao Produto Industrial Bruto - o peso de Lisboa passa de 49,33% em 1970 para 37,69% em 1977, enquanto o do Norte Litoral passa de 36,87% para 43,74%. O Interior, no que diz respeito ao Produto Industrial, viu igualmente aumentado o seu peso relativo mas sem que ele se tome, no conjunto, significativo. O inverso se passa com o Produto Agrícola, onde as regiões do Interior não deixaram de ver diminuir o seu peso relativo, em favor das do Litoral.

Se, observando os dois quadros, é possível verificar já a diversidade de percursos evolutivos no que respeita à repartição regional do Produto, mais acentuada se tornaria essa disparidade se atendêssemos à repartição sectorial do Produto no interior de cada região. A terciarização da economia registada no Continente (46,84% do Produto em 1970 e 62,54% em 1977) foi uma constante em todas as regiões, mais acentuada na região de Lisboa (salto de 55,04% em 1970 para 73,52% em 1977) e menos acentuada no Norte Interior (passagem de 53,19% para 54,31 %), extremos de um leque diversificado de processos evolutivos, em que a divisão Litoral/Interior não apresenta grande relevância, a evolução do peso do sector I foi inversa da do terciário, baixando de modo mais ou menos acentuado em todas as regiões (sendo, em 1977, o Alentejo a região onde ele era mais elevado - 35,59% - e a de Lisboa onde ele era mais baixo - 6,28%); no que diz respeito ao sector II a evolução foi diversificada aumentando o seu peso no Norte Interior (de 4,26% para 9,55%) e no Alentejo (de 12,50% para 15,17%), e diminuindo em todas as outras regiões (de modo mais acentuado em Lisboa, onde se passou de 36,90% para 20,20%).

Com estas referências não se pretende, como é óbvio, fazer qualquer extrapolação sobre o possível desenvolvimento regional que teria (ou não) existido. Pretende-se, tão só, vincar a realidade portuguesa como realidade regional e, ao mesmo tempo, sublinhar que ela se encontra em permanente transformação.

A apresentação de dados para 1979, constante em todos os quadros, obedece a uma outra intenção: tentar mostrar (através de alguns resultados) até que ponto a omissão de uma política regional pode (ou deve) ser considerada uma forma de fazer política regional. O período em questão - 1977/1979 - ao coincidir com o período de aplicação de uma primeira política de estabilização pode, além do mais, fornecer algumas pistas de análise de quais os resultados de tal política, considerados de um ponto de vista regional.

Em termos muito gerais, e olhando para os Quadros 1 e 2, pode afirmar-se que tal política não alterou significativamente a tendência de evolução da repartição regional do Produto Total, e tão-pouco afectou a tendência de repartição do Produto Agrícola; contudo, o mesmo não é já válido para o Produto Industrial,

onde se verifica o aumento do peso relativo das regiões de implantação de indústrias voltadas para a exportação (em especial o têxtil) e o decréscimo das restantes. O aumento do peso do sector II, como contrapartida da diminuição generalizada do peso do sector III na repartição intra-regional do Produto, seria outra conclusão a retirar - sendo bem evidente que esta alteração de pesos relativos não revela mais que a contracção deste último sector, a nível de Produto, e não qualquer aumento significativo do sector II.

Uma outra medida, porventura mais clara, do impacto regional de tais políticas poderá ser obtida através da análise comparativa da estrutura da Conta de Rendimento das Famílias (aqui entendidas como sector institucional), em 1977 e 1979.

Centrando a atenção em apenas duas rubricas dos Recursos - «Salários, Vencimentos e Ordenados» e a soma dos «Juros Efectivos», «Prestações Sociais» e «Remessas de Emigrantes», verifica-se que em 1977, e para a região de Lisboa (extremo de um leque de evoluções diversificadas), os «Salários» constituíam 56,11% do total dos recursos das famílias, e que o conjunto de Juros, Prestações Sociais e Remessas 16,80 desse mesmo total; em 1979 os «Salários» constituíam 51,25% e os Juros, Prestações Sociais e Remessas 22,27%. No extremo oposto desse leque de evoluções - o Norte Interior - em 1977 os «Salários» constituíam 26,03% do total dos recursos das famílias, e os Juros, Prestações e Remessas 39,48% dos mesmos; em 1979 as percentagens são, respectivamente, de 19,77% e 49,73%.

A vulnerabilidade dos mecanismos regionais de regulação social e económica e a artificialidade da mesma tornam-se, assim, evidentes, bem como a diversidade de efeitos induzidos que as diferenças de situações regionais tenderá a provocar na produção e emprego regionais.

Parece pois ser claro que a aparentemente paradoxal afirmação de que «não pensar uma política regional é uma forma de fazer política regional» tem sentido; e cabe, portanto, salientar a necessidade de considerar sempre os efeitos, a nível regional, de políticas macro económicas pensadas para uma abstracção - o espaço homogéneo «Continente» - sob pena de, até curto prazo, se poderem obter efeitos perversos não desejados.

Um último ponto a merecer referência diz respeito ao que se poderia designar por «constrangimento temporal» à elaboração de políticas regionais. Num cenário de crise globalizada, de reestruturação de aparelhos produtivos e rápida mutação tecnológica, e dada a fragilidade dos instáveis equilíbrios regionais conseguidos por mecanismos de regulação cada vez mais vulneráveis, o tempo aparece como uma variável fundamental. Pensar uma política regional é, hoje, pensar um horizonte temporal não muito distante, que parece acercar-se a passos de gigante.

**.Tem 2 quadros grds.**